

O TÚMULO DE D. NUNO MARTINS DE CHACIM, NO MOSTEIRO DE CASTRO DE AVELÃS

Por Mário Jorge Barroca¹

Resumé

Étude du sarcophage du XIIIe siècle 1262-1285, qui est conservé dans le monastère bénédictin de Castro de Avelãs (district de Bragança, dans le Nord-Est du Portugal), un monument en granite personifié avec ornementation héraldique qui présente une inscription inachevée. L'auteur propose l'identification du sarcophage comme celui du noble D. Nuno Martins de Chacim, un membre de la haute noblesse portugaise du XIIIe siècle (c. 1218- c.1285-88).

Abstract

Study on a 13th century sarcophagus kept at the benedictine monastery of Castro de Avelãs (district of Bragança, in the Nordeast of Portugal), a granite monument personalized by heraldry and with an incomplete inscription. The author identifies this tomb as the one of D. Nuno Martins de Chacim, a portuguese noble man of the 13th century (c. 1218-c. 1285-88).

Em 1995, quando procedemos ao inventário e estudo das epígrafes medievais portuguesas, tivemos de dedicar alguma da nossa atenção à inscrição inacabada do sarcófago do Mosteiro de Castro de Avelãs o que

¹ Da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

nos permitiu avançar com novos elementos para a identificação do nobre que foi inumado neste monumento, tendo nesse estudo tido oportunidade de, pela primeira vez, defender que se tratava de D. Nuno Martins de Chacim². A presente nótula procura recuperar, monograficamente, as conclusões a que então chegámos a propósito deste sarcófago e chamar a atenção para a importância do monumento quer para a História de Trás-os-Montes quer para a História Medieval Portuguesa.

São bem conhecidos os testemunhos românicos da cabeceira do Mosteiro de Castro de Avelãs, que se ergue junto de Bragança (freg. de Castro de Avelãs, conc. e dist. de Bragança), aos quais se reportaram diversos autores (Fig. 1)³. Trata-se de uma imponente obra erguida em tijolo, na tradição do românico mudéjar do País Leonês, com paralelos na zona de Zamora, Toro, Salamanca, Sahagún e na parte ocidental da província de Valladolid, e mesmo dentro da cidade de Bragança⁴. Tal como acontece usualmente nesta arquitectura românica que usa o tijolo como material construtivo, a decoração de Castro de Avelãs é dominada, exteriormente, por um extremo geometrismo onde imperam as arcadas cegas de duplo arco, reentrantes, que se organizam em três registos. O conjunto é rematado, junto do lacrimal, por um friso de dentes-de-serra, uma das gramáticas mais comuns neste tipo de monumentos

² Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Diss. de Doutoramento, vol. II, tomo 1, Porto, ed. policopiada, 1995, Insc. N.º 357, pp. 730-734.

³ Sobre Castro de Avelãs vd., por exemplo, Pe. José Augusto Tavares, "Archeologia do Distrito de Bragança. VI. Castro de Avelãs", *A Vida Moderna*, Ano 16, N.º 37, Lisboa, 1895; S/A, "Um arco do convento de Avelãs", *Ilustração Transmontana*, 1909, p. 149 (citado por Pedro Vitorino, 1928); Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), "Castro de Avelãs, Mosteiro Benedictino", sep. de *O Instituto*, vol. 56, Coimbra, 1910; Pedro Vitorino, *A Abside Românica de Castro de Avelãs*, Porto, 1921; Pedro Vitorino, "A Abside de Castro de Avelãs", sep. de *Portucale*, vol. 1, Porto, 1928, pp. 88-93; Manuel Monteiro, "Castro de Avelãs. Um Monumento Brigantino de Influência Oriental", *Museu*, vol. 6, Porto, 1950, reed. in *Dispensos*, Braga, ASPA, 1980, pp. 418-424; Carlos Passos, "A Igreja Românica de Castro de Avelãs", *Biblos*, vol. 16, Coimbra, 1946, pp. 545-565 e *Douro Litoral*, VIIIª Série, n.º 9, Porto, 1958, pp. 809-846; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "Primeiras Impressões sobre a Arquitectura Românica Portuguesa", sep. da *Revista da Faculdade de Letras — História*, 1.ª Série, vol. II, Porto, 1971, pp. 38-39 (da sep.); Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, vol. III da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Ed. Alfa, 1986, p. 104; Gerhard Graf, *Portugal Roman*, vol. 2, Yonne, Zodiaque, 1987, p. 31.

⁴ Vejam-se os testemunhos aparecidos na cabeceira da Igreja do Convento de S. Francisco, em Bragança - cf. Belarmino Afonso e Duarte Nuno Moscoso Trancoso, "Vestígios Românicos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança)", *Brigantia*, vol. 3, n.º 1, Bragança, 1983, pp. 121-136.

erguidos em tijolo. O Mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs, que foi, na Baixa Idade Média, a mais rica instituição monástica de Trás-os-Montes⁵, encontra-se documentado pelo menos desde 29 de Julho de 1145 (DMP, DR I, n.º 210), um diploma que foi apresentado pelo mosteiro beneditino aos inquiridores de D. Afonso III. A Carta de Couto de 29 de Dezembro de 1144 (DMP, DR I, n.º 207) é um falso forjado no séc. XIII e o mesmo se diga do escambo de 4 de Maio de 1187 (DS, n.º 21). A fábrica da sua cabeceira tem sido, no entanto, atribuída pelos especialistas à primeira metade do Séc. XIII, devendo resultar, portanto, de uma reconstrução. O mosteiro beneditino seria extinto pela Bula *Pro Excellentii Apostolicae Sedis*, do Papa Paulo III, datada de 22 de Maio de 1545, o mesmo diploma que instituiu a Diocese de Miranda, na qual ficaram desde logo anexadas as rendas de Castro de Avelãs⁶. Pouco depois dessa data terá começado a ruína do templo medieval. Na realidade, segundo a tradição, a população teria começado logo a demolir o mosteiro, reaproveitando os materiais para outras construções. Fr. Leão de S. Tomás, escrevendo um século depois desses eventos, ainda registava que a igreja medieval era “... hua igreja muy fermosa de tres naves & mayor que a de qualquer Sé...”, acrescentando que “...as naves colateraes se derrubarão quando as rendas delle se applicarão ao Cabido de Miranda...”⁷. Em seu lugar foi erguida uma igreja paroquial de

⁵ Em 1320-21, no “Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros ...”, o Mosteiro de Castro de Avelãs era a instituição religiosa transmontana com uma contribuição mais elevada, a qual ascendia a 1500 libras — cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Porto, 1971, p. 110. Com essa verba apenas encontramos em Trás-os-Montes a Igreja de Tresminas (certamente explicável pela exploração aurífera), sendo a terceira igreja transmontana mais rica a Igreja de Penas Róias, então pertença da Ordem de Cristo, que contribuía com 1000 libras. Os restantes templos tinham contribuições médias muito inferiores, a maioria dos quais (62,8 %) não alcançando sequer a centena de libras.

⁶ Sobre o itinerário medieval desta instituição veja-se Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, Ed. Crítica de José Mattoso, vol. I, Lisboa, INCM, 1974, pp. 490-493; Firmino Augusto Martins, “O Mosteiro Benedictino de S. Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da Região Vinhaense”, *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval*, vol. II, *Bracara Augusta*, vol. XVI-XVII, Braga, 1964, pp. 301-309; e, sobretudo para o Séc. XV, os estudos de José Marques, *O estado dos Mosteiros Beneditinos da Arquidiocese de Braga no Século XV*, sep. de *Bracara Augusta*, vol. XXXV, Braga, 1981, pp. 25 e 60-65, e o Mapa 2 (onde se cartografa a distribuição do património do mosteiro), e *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, INCM, 1988, pp. 648-649.

⁷ Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, Ed. Crítica de José Mattoso, vol. I, Lisboa, INCM, 1974, p. 491. Hoje podem-se observar os alicerces da parede Sul da Nave, colocados de novo à mostra em quase toda a sua extensão. Tanto o absidíolo do lado da Epístola como estes alicerces revelam bem como a cota do piso medieval era substancialmente mais baixa do que o actual nível do solo.

proporções mais modestas e desprovida de grande interesse artístico, ocupando parte da nave central do templo românico e continuando a utilizar a Capela-Mor com funções sacras. O Absidíolo Norte seria aproveitado para Sacristia, o que permitiu a sua conservação em bom estado até aos nossos dias. Menos sorte teve o Absidíolo do lado Sul, que ficou ao ar livre, tal como ainda hoje acontece, e que por isso entrou em progressiva degradação. Em 1928 encontrava-se em estado de profunda ruína, como nos demonstra o aparato iconográfico publicado nesse ano por Pedro Vitorino, recolhido durante uma visita que aquele investigador portuense realizou na companhia do Arquitecto Baltasar e Castro, já então responsável pelos “Monumentos Nacionais do Norte”. Manuel Monteiro, num texto datado de 1935 mas apenas publicado em 1950, ainda declarava que a ábside meridional estava “*em grande parte desmoronada*”, mas as fotografias publicadas no seu estudo, talvez algo posteriores à redacção deste, revelam-nos uma ábside sul já reconstruída, muito longe da ruína de 1928, pelo que podemos deduzir que o restauro levado a cabo pela D.G.E.M.N., responsável pelo actual aspecto de Castro de Avelãs, terá sido realizado entre 1928 e 1950. As fotografias divulgadas em 1928 apresentam, ainda, a capela-mor e o absidíolo Norte caiados, tal como acontecia com tantas das igrejas e capelas românicas de Entre-Douro-e-Minho que se vestiam de branco antes das intervenções da D.G.E.M.N..

O sarcófago que nos vai ocupar nesta nótula conserva-se hoje depositado no centro da Ábside Sul (ou da Epístola) da Igreja do Mosteiro de Castro de Avelãs. Trata-se de um sarcófago monolítico, talhado em granito, que apresenta arca feral de configuração paralelepípedica e tampa de secção pentagonal com remate superior em duas águas. Obedece, portanto, à tipologia típica dos sarcófagos monolíticos dos Séc. XIII e XIV, de que conhecemos mais de uma centena de exemplares dispersos por todo o país. Apesar de não ser possível observar o interior do monumento, não nos devemos afastar muito da realidade se sugerirmos que deve adoptar a configuração antropomórfica, como a esmagadora maioria dos seus semelhantes. O conjunto funerário de Castro de Avelãs não se reveste de características dignas de nota, sendo muito parco em decoração e despertando pouco a curiosidade de quem visita essa ábside. Na realidade, a sua ornamentação resume-se apenas a temas heráldicos - dois brasões idênticos, gravados, com recurso a traço simples, na face lateral direita da arca tumular. Na tampa do monumento, acompanhando a ilharga ou eixo central da peça, foi gravada uma inscrição, de modesta informação, que nos diz apenas (Fig. 2):

ERA DE MIL E CCC E

O comprimento total da tampa atinge os 198 cm, mas a inscrição

ocupa apenas 130 cm, tendo as suas letras, relativamente monumentalizadas, 9 cm de altura. Pela forma como o texto se dispõe podemos supôr que o lapicida deveria ter intenção de ocupar várias regras, talvez preenchendo a totalidade da superfície da tampa que ficaria, na posição original do moimento, voltada ao público. No entanto, apenas foi gravada a parte inicial do texto, respeitante aos elementos cronológicos e, mesmo estes, de forma truncada. Esta inscrição, lacónica nas informações e incompleta no seu texto, socorrendo-se de letras de módulo grande e de traçado claro, não oferece grandes dificuldades de leitura, o que levou a que esta epígrafe fosse correctamente publicada por todos quantos a ela se referiram. O levantamento bibliográfico que empreendemos permitiu-nos localizar mais de uma dezena de publicações onde esta epígrafe foi transcrita e/ou referida, que passaremos rapidamente em revista.

O primeiro autor a referir-se à sepultura de Castro de Avelãs foi Fr. Leão de S. Tomás que, em 1644, nas páginas da *Benedictina Lusitana*, descreveu o templo brigantino e o sarcófago nos seguintes termos:

*“Tinha hũa Igreja muy fermosa de tres naves, & mayor que a de qualquer Sé. As naves colateraes se derrubarão, quando as rendas delle se applicarão ao Cabido de Miranda, ficou só a nave do meyo. Tem dentro hum tumulo levantado sobre leões, que segundo dizem os naturaes, he do Conde de Ariães, terra junto ao Mosteyro”*⁸.

As informações de Fr. Leão de S. Tomás são correctas no que respeita ao percurso do templo mediévico: as paredes das suas naves laterais foram demolidas quando se ergueu uma igreja moderna, de proporções mais modestas, o que, como vimos, deve ter acontecido pouco depois de o Mosteiro de Castro de Avelãs ter sido extinto, no tempo de D. João III, por bula papal de 1545, e de as suas rendas terem sido incorporadas na recém criada Diocese de Miranda. Por outro lado, importa salientar que Fr. Leão de S. Tomás foi o primeiro autor a referir-se a este túmulo medieval como sendo o do “*Conde de Ariães*”, sendo, assim, de certa forma, o responsável pela sobrevivência desta lenda local que conseguiu chegar até aos nossos dias com bastante insistência. O nome do “Conde” deriva, obviamente, do Ribeiro de Ariães, que corre

⁸ Cf. Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, ed. crítica de José Mattoso, vol. I, Lisboa, INCM, 1974, pp. 491-492 (1.ª ed., 1644-1651).

junto da povoação de Castro de Avelãs⁹. Fica, assim, esclarecida a origem deste nome, que nenhum autor se preocupara em explicar. Mas convém reter, desde já, que o tratamento dado a esse mítico personagem, tratando-o por “Conde”, apesar de fantasioso, espelha e denuncia o alto-sangue de quem ali fora inumado. Assim, e apesar de não existir nenhum “Conde de Ariães”, podemos aceitar que se trataria de um elemento da Alta Nobreza. A presença de brasões num túmulo desta cronologia (que, como a inscrição denuncia, será de execução um pouco posterior a 1262), quando a Heráldica ainda estava pouco difundida entre nós¹⁰ confirma de algum modo estas nossas deduções. O Cronista Beneditino ainda teve oportunidade de ver o sarcófago no interior do templo, para onde tinha sido recolhido depois da demolição da igreja românica, onde era sustentado por dois leões reclinados que recebiam a arca no seu dorso. A preocupação de se deslocar o túmulo medieval para o novo templo denuncia, uma vez mais, o prestígio que, de alguma forma, andaria associado ao sarcófago, recordação do alto-sangue de quem ali jazia. Hoje, o túmulo encontra-se fora do espaço de culto, colocado no centro do Absidíolo Sul do templo românico, que queda aberto ao ar livre depois que a parede lateral da nave medieval ter sido demolida. Os dois leões de granito, que na primeira metade do Séc. XVII ainda sustentavam a arca tumular, foram colocados sobre o muro que delimita do adro, ladeando o portão de entrada e monumentalizando o acesso principal ao templo paroquial (Fig. 4).

Depois da referência pioneira de Fr. Leão de S. Tomás, seria necessário aguardar século e meio para voltarmos a encontrar menção ao túmulo. Quase nos fins do séc. XVIII, em 1793, Francisco Xavier Ribeiro de S. Payo apresentava, nas *Memórias de Litteratura Portuguesa*, um estudo consagrado aos testemunhos do mosteiro medieval de Castro de Avelãs onde era especificamente dedicada atenção ao sarcófago. Este

⁹ Firmino Augusto Martins esclarece que o Ribeiro de Ariães nasce na serra de Nogueira e vai descendo até terminar no Fervença, de que é afluente — cf. Firmino Augusto Martins, “O Mosteiro beneditino de S. Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da Região Vinhaense”, *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval*, vol. II, *Bracara Augusta*, vol. XVI-XVII, Braga, 1964, p. 301.

¹⁰ O primeiro exemplo de heráldica senhorial não relacionado com a família real remonta, entre nós, a 1245 e diz respeito aos Sousas. Referimo-nos, concretamente, aos brasões que se associam à inscrição de D. Gonçalo Mendes de Sousa (II) e com o Panteão desta Linhagem no Claustro do Silêncio de Alcobaça (cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Porto, ed. policopiada, 1995, pp. 326-329; vol. II, tomo I, Porto, 1995, Insc. N° 314, 318, 321, 322 e 328).

autor, o primeiro a publicar verdadeiramente a inscrição de Castro de Avelãs¹¹, escrevia:

*“Acha-se na parede do corpo da Igreja hum tumulo de pedra, que necessariamente foi para ali trasladado da antiga igreja; porém nelle se não vê mais do que a Era escrita na forma seguinte:
Era de Mil e CCC e ”*¹².

Francisco Xavier Ribeiro de S. Paio acrescentava, ainda, que o túmulo pertenceria ao Conde D. *Arias Annes*. Como se pode verificar, este autor não incorre em qualquer erro na leitura da epígrafe.

Julgamos que Pinho Leal deve ter tido conhecimento do trabalho de Francisco Xavier Ribeiro de S. Paio uma vez que, em meados da segunda metade do séc. XIX, no seu conhecido dicionário corográfico, transmite exactamente as mesmas informações que o autor setecentista, muito embora defenda que o túmulo seria “*da Era de 1300 (1262 de Jesus Christo)*”, aceitando, portanto, que a Era estava completa¹³. Em 1897 seria a vez de Albino Pereira Lopo se reportar, uma primeira vez, ao túmulo de Castro de Avelãs, transmitindo elementos semelhantes aos de estudos precedentes (a lenda do Conde de Ariães e a data de 1262 assumida como completa) e acrescentando algumas informações novas¹⁴. Ficamos a saber, por exemplo, que nas vésperas do séc. XX o sarcófago já se encontrava separado dos leões que tinham constituído, outrora, o seu supedâneo e que estes tinham já sido embutidos no muro à entrada do Adro. Albino Pereira Lopo sugeria, ainda, que antes de ter sido levado para o interior do templo, onde Fr. Leão de S. Tomás o descrevera, o sarcófago devia ter estado embutido num arcosólio no exterior da igreja.

¹¹ É possível que ela tenha sido lida antes, em fins do séc. XVII, já que o próprio Francisco Xavier Ribeiro de S. Paio refere, no seu estudo, uma obra do médico brigantino António Pires da Silva, intitulada *Chorografia Medicinal das Caldas de Alafões*, que se reporta ao sarcófago. Esta obra foi editada em 1696. No entanto, não a conseguimos consultar.

¹² Cf. Francisco Xavier Ribeiro de São Payo, “Memória sobre as Ruínas do Mosteiro de Castro de Avelãs, e do monumento, e inscrição lapidar, que se acha na Capella-Mor da antiga Igreja do mesmo Mosteiro”, *Memórias de Litteratura Portuguesa*, tomo V, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793, p. 259.

¹³ Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno ...*, s.v. “Castro d’Avellans”, vol. II, Lisboa, 1873-90, p. 202.

¹⁴ Albino Pereira Lopo, “O Túmulo do Conde de Ariães”, *O Archeólogo Portuguez*, 1.ª Série, vol. III, Lisboa, 1897, pp. 182-184.

Este autor regista a existência dos dois braços iguais, no lateral da arca, mas não avança na identificação das armas aí representadas. Albino Pereira Lopo haveria de deixar registadas informações sensivelmente do mesmo teor nos seus *Apontamentos Arqueológicos*, um manuscrito que permaneceu inédito até 1987, onde o autor sugere que Ariães poderia ser corrupção de *Ari Annes*, procurando, assim, conciliar as duas identificações até então difundidas¹⁵. Alguns anos mais tarde, já no nosso século, José Leite de Vasconcelos voltaria a reportar-se ao sarcófago, referindo pela primeira vez de forma explícita que a data incompleta denuncia uma encomenda prévia:

*“A última letra fica um pouco afastada das antecedentes. Adiante da inscrição vê-se um espaço vazio, o que mostra que ela foi gravada ainda em vida do individuo que tinha de sepultar-se no respectivo túmulo. O resto da data devia exarar-se depois da morte, e não chegou a ser exarado.”*¹⁶.

Dados não muito distintos dos até aqui referidos foram os registados na Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, que apresenta, como principal novidade, a preocupação em registar e identificar os dois braços que ornamentam o lateral direito da arca sepulcral. O autor anónimo deste artigo refere os *“dois braços iguais, cujas figuras não se distinguem (arminhos?)”*¹⁷. Um ano antes, em 1934, o Abade de Baçal registara a inscrição de Castro de Avelãs nas suas Memórias¹⁸. A sua versão do leteiro é correcta, tal como as dos demais autores, o que em boa parte se ficou a dever à forma clara como este se apresenta gravado. No comentário que lhe dedica, o Abade de Baçal defende que o túmulo ostentava a data incompleta por ter sido executado ainda em vida do seu destinatário, acrescentando que possuía umas Armas *“que se não percebem, parecendo, contudo, aproximarem-se das Armas dos Chacins”*. Esta referência ocupa, naturalmente, um lugar especial nos estudos sobre o sarcófago de Castro de Avelãs, e a ela voltaremos mais adiante. Em 1958 Carlos Passos voltou a reportar-se a este monumento funerário,

¹⁵ Albino dos Santos Pereira Lopo, *Apontamentos Arqueológicos*, Braga, IPPC, 1987, pp. 34-36.

¹⁶ José Leite de Vasconcelos, “Por Trás-os-Montes”, *O Archeólogo Portuguez*, 1.ª Série, vol. XXII, Lisboa, 1917, p. 44.

¹⁷ Cf. GEPB, s.v. “Castro de Avelãs”, vol. VI, Lisboa, 1935, p. 257.

¹⁸ Cf. Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, tomo IX, Porto, 1934, pp. 170-171.

transmitindo informações em tudo semelhantes às da G.E.P.B. e de José Leite de Vasconcelos¹⁹. Finalmente, alguns anos mais tarde, em 1964, Fernando César Ferreira daria a público uma interpretação insustentável do conteúdo desta inscrição, lendo “Era de Mil : e... CCC CH” (em que CH é constituído por um C com H incluso), “traduzindo”: “*No ano mil (Era Cristã) — três séculos (que havia de dominação árabe) — Vitória do crescente sobre a cruz*”²⁰. Depois de Fernando César Ferreira, a inscrição foi referida por Joaquim Maria Neto, em 1975, no seu estudo sobre o Leste do Território Bracarense, espécie de índice da imensa obra do Abade de Baçal, sem, contudo, o autor apresentar leitura²¹ e, como referimos, foi mais recentemente objecto da nossa atenção²². Este foi, em linhas gerais, o “percurso bibliográfico” do sarcófago de Castro de Avelãs, um monumento desde há muito conhecido da bibliografia e que teve a ventura, como poucos tiveram, de ver o seu epitáfio ser sempre correctamente lido (embora nem sempre correctamente interpretado). Passemos, agora, à análise do monumento.

A inscrição de Castro de Avelãs deve ser entendida, sem sombra de dúvidas, como o resultado de uma encomenda prévia, onde apenas se começou a gravar a data: «ERA DE MIL E CCC E ...» (Fig. 2). O caso não é singular já que conhecemos perto de duas dezenas de casos semelhantes, em que foram os próprios, em vida, a providenciar a sua sepultura. Certamente que o seu encomendador pensava que, depois do seu óbito, alguém — um descendente seu ou até um monge do Mosteiro de Castro de Avelãs — teria o cuidado de completar o letreiro, memorizando o seu nome para os tempos vindouros. No entanto, tal não aconteceu. A inscrição quedaria incompleta até aos nossos dias, o que deu lugar a que, desde Fr. Leão de S. Tomás e Francisco Xavier Ribeiro de S. Paio, se fosse afirmando a tese de que se tratava do túmulo do Conde de Ariães ou do Conde D. Arias Anes. Uma tradição que seria perpetuada com o contributo de autores mais recentes, nomeadamente por Albino Pereira Lopo, um bom conhecedor da realidade local, e por José Leite de Vasconcelos, com o seu reconhecido prestígio, quando ambos se referiram à tradição do Conde de Ariães ou Arias Anes. No entanto, poucos autores

¹⁹ Cf. Carlos Passos, “A Igreja Românica de Castro de Avelãs”, *Douro-Litoral*, 8.ª Série, vol. IX, Porto, 1958, pp. 825-826.

²⁰ Fernando César Ferreira, “Da Inter-relação duma lenda e outros dados com a cronologia duma inscrição funerária em Castro de Avelãs”, *Boletim do Grupo de Amigos de Bragança*, N.º Especial, Bragança, 1964, p. 45.

²¹ Joaquim Maria Neto, *O Leste do Território Bracarense*, 1975, p. 190.

²² Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Diss. de Doutoramento, vol. II, tomo 1, Porto, ed. policopiada, 1995, Insc. N.º 357, pp. 730-734.

se parecem ter preocupado com a identificação do brasão que se encontra duplamente representado na arca tumular e que, no fundo, é o único elemento que poderá servir para retirar do anonimato e do esquecimento a identidade de quem foi ali enterrado. A única excepção foi, como vimos, o Abade de Baçal.

Efectivamente, no lateral direito do sarcófago, encontram-se gravados dois escudos de armas iguais, ostentando uma *banda* e, nos dois campos por ela definidos, pequenas peças de forma hexagonal alongada e irregular dispersas de maneira mais ou menos equilibrada pelo espaço disponível (Fig. 3). Os dois brasões, na arca, e a inscrição, na tampa, foram gravados na mesma face do moimento — o seu lado direito — o que demonstra que a sepultura deve ter sido concebida para ficar encostada a uma parede pelo seu lateral esquerdo ou embutida em arcossólio, de resto como já sugerira Albino Pereira Lopo. Assim, e atendendo à disposição usual destes monumentos, podemos aceitar que este sarcófago esteve embutido num arcossólio na face exterior da parede Sul da nave ou, no caso de ter estado depositado no interior do templo, na face interna da parede Norte da nave.

A identificação das armas representadas no lateral do sarcófago ofereceu algumas dificuldades, até porque procedemos a essa tarefa ainda antes de termos conhecimento da interpretação do Abade de Baçal. Pela simples análise do escudo de armas, a tarefa não nos conduziu a bom porto. As peças que preenchem o escudo em torno da banda, que como referimos se assemelham a pequenos hexágonos alongados algo irregulares, não fazem parte da linguagem heráldica. Podíamos estar perante um escudo de armas desconhecido, criado no quadro de tradições locais menos receptivas às leis da Heráldica. No entanto, não julgamos que assim seja. Pensar em Trás-os-Montes e na região de Bragança na Baixa Idade Média não pode deixar de nos evocar duas linhagens nobres, de resto ligadas entre si por casamento: os Braganções e os de Chacim. Foram os membros destas Linhagens que dominaram a região do actual distrito de Bragança, sucedendo-se quase ininterruptamente na respectiva tenência e cometendo, de forma normalmente impune, os maiores desmandos em prejuízo do monarca ou das populações locais. As Inquirições de 1258 transmitem uma boa imagem do que afirmamos, referindo amiúde os desmandos de D. Nuno Martins de Chacim que, ainda antes de ser *tenens* do território, soube aproveitar bem o período de anarquia dos fins do reinado de D. Sancho II, entre 1230-38 e 1245, e a Guerra Civil de 1245-48 para expandir, abusiva e violentamente, o seu poder senhorial em Trás-os-Montes. A possibilidade de se tratar das armas dos Braganções deve ser desde logo afastada por diversos motivos. Em primeiro lugar, por razões de incompatibilidade cronológica. Na

realidade, não só o tipo de letra como a própria cronologia da epígrafe (que revela ser necessariamente posterior a 1262), nos garante a impossibilidade de ser um sarcófago de um Braganção, estirpe já então extinta²³. Em segundo lugar, porque se conhece uma possível figuração das armas de um dos Braganções. Referimo-nos à Matriz Sigilar de D. Pedro Garcia, aparecida em Adeganha (Torre de Moncorvo) nos inícios do nosso século, que o Marquês de Abrantes inventariou e publicou²⁴. Nesta Matriz Sigilar, feita em bronze e com revestimento dourado, são visíveis cinco crescentes “arcaicos”, com as pontas voltadas para cima e dispostos em aspa, e a legenda “+ S: DMNO : PETRUS : GRACIAE +”. Trata-se, portanto, de uma figuração muito distinta da que encontramos no túmulo de Castro de Avelãs, o que afasta a possibilidade de estarmos perante um túmulo de um Braganção. Restam, assim, os de Chacim. A descrição das armas dos de Chacim nos tratados de Heráldica é feita nos seguintes termos:

*“De arminhos, com banda de vermelho, carregada de duas coticas de prata. Timbre: um javali de arminhos, passante”*²⁵.

Estando, nesta cronologia, totalmente colocada de parte a possibilidade de ter existido timbre, ocupemo-nos da organização do brasão e das suas peças. A *banda* encontra-se indesmentivelmente presente no escudo de armas de Castro de Avelãs, podendo muito bem ter sido vermelha e ter duas *coticas* pintadas de prata. Apenas uma análise química poderá esclarecer se, alguma vez, a arca feral de Castro de Avelãs foi pintada ou se os seus brasões receberam acabamento pictórico, um elemento crucial para a Heráldica. Quanto às figuras hexagonais alongadas,

²³ Na realidade, e para sermos mais correctos, deveríamos dizer que a estirpe não possuía, à data, representante vivo no reino. No entanto, e como amavelmente nos confiou o Dr. José Augusto Pizarro, vivia no exílio, em Castela, D. Gonçalo Nunes de Bragança, descendente directo e legítimo da linhagem, que é nomeado no testamento de D. Gonçalo Garcia de Sousa como uma das partes interessadas e que terá falecido pouco depois de D. Nuno Martins de Chacim.

²⁴ Cf. D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1983, N.º 17, p. 103.

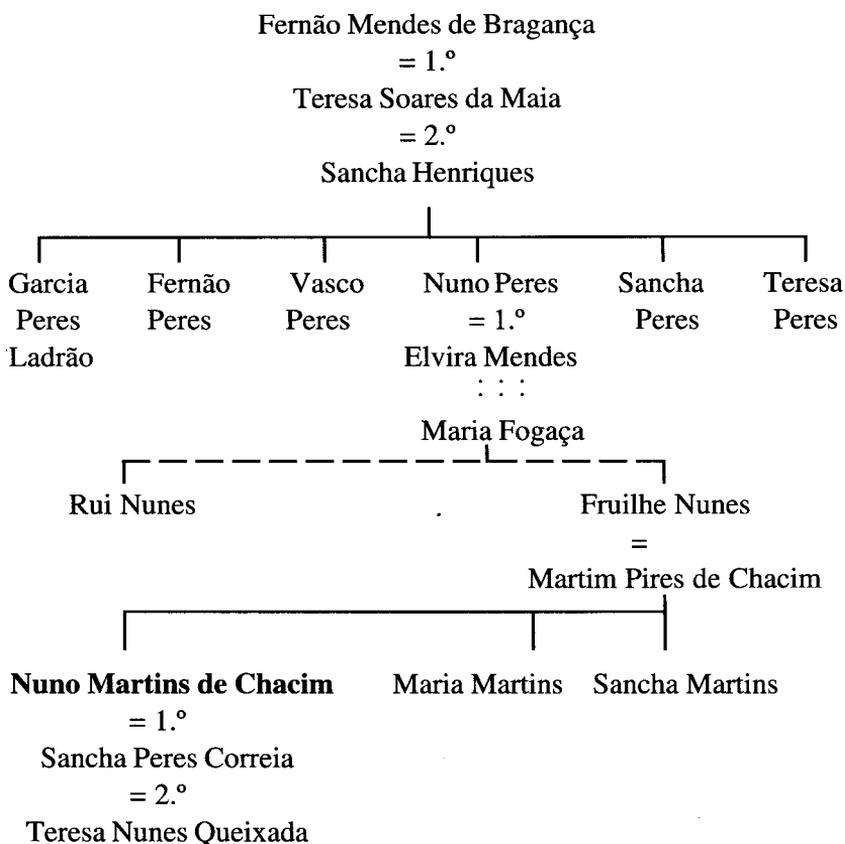
²⁵ Cf. Afonso Eduardo Martins Zuquete e António Machado de Faria, *Armorial Lusitano*, Lisboa, 1961, p. 160. Descrição sensivelmente nos mesmos termos em D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, 1989, p. 139. Vd. também Anselmo Braamcamp Freire, *Armoria Portuguesa*, Lisboa, s.d., pp. 137 e 501.

não serão elas uma forma esquemática de representar as manchas escuras do arminho? Assim o cremos e, desta forma, conjugando a presença da banda com as manchas escuras do arminho, podemos identificar os escudos de armas do túmulo do Mosteiro de Castro de Avelãs com a linhagem dos de Chacim. A vontade última de quem encomendou o túmulo era a de preservar o seu nome e identidade para os tempos vindouros, fugindo ao esquecimento. Por isso encomendou túmulo aparente, destinado a ficar sempre bem visível, mandando gravar o seu escudo de armas e iniciando a inscrição funerária. Por simples descuido ou talvez intencionalmente, quem lhe era mais chegado e lhe sobreviveu não respeitou essa vontade, nunca chegando a completar a inscrição funerária. A Heráldica, por via dos escudos que o próprio mandou gravar, acabou por ser o veículo para se cumprir os seus últimos desígnios, preservando a identidade da sua Linhagem.

Definida a Linhagem, não se torna difícil identificar o túmulo do Mosteiro de Castro de Avelãs com a figura de D. Nuno Martins de Chacim. Os elementos cronológicos já acima referidos²⁶ levam-nos a pensar que estamos perante um exemplar da segunda metade do séc. XIII. Nesta altura, a figura mais proeminente na Linhagem dos Chacim é D. Nuno Martins, que morre precisamente entre 1283 e 1288²⁷. O esquema genealógico apresentado por Leontina Ventura, e que aqui reproduzimos de forma simplificada, ajuda a compreender melhor a ligação entre Nuno Martins de Chacim e a velha estirpe dos Braganções:

²⁶ Desde a morfologia do moimento e o tipo de letra até ao facto de ser uma inscrição posterior a 1262, uma vez que quem a gravou não hesitou em gravar desde logo a Era de 1300, sabendo portanto que o nobre sobrevivera a esse ano de 1262.

²⁷ Cf. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Diss. de Doutoramento, vol. II, Coimbra, ed. policopiada, 1992, p. 626.



A ligação de D. Nuno Martins de Chacim aos Braganções é, portanto, clara: o nobre era neto de D. Nuno Peres de Bragança o que, mesmo sendo por via bastarda (por intermédio da ligação de D. Nuno Peres com a barregã Maria Fogaça), conferia um assinalável prestígio a D. Nuno Martins de Chacim. Ele era, afinal, nessa segunda metade do séc. XIII, o representante em Portugal de uma das velhas estirpes do reino, de uma das cinco linhagens que “*andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal*”. Esta relação directa com os Braganções ajuda, ainda, a explicar a presença do seu sarcófago no Mosteiro de Castro de Avelãs, instituição de que estes eram patronos. Na sua qualidade de descendente dos Braganções, D. Nuno Martins de Chacim seria, igualmente, membro da família patral do mosteiro beneditino. Não podemos deixar de sublinhar a circunstância de D. Nuno Martins, um descendente por via bastarda da linhagem de Bragança, ter recebido o nome próprio de seu avô

e de ter optado por ser enterrado, em sarcófago personalizado com inscrição e com brasões, no mosteiro onde a velha linhagem tinha o seu panteão e onde detinha direitos patronais. É clara a pretensão do nobre de sublinhar as suas ligações aos próceres de Bragança, deixando de lado a sua descendência por barregania.

Estabelecida a identificação, abordemos agora os principais dados conhecidos para a vida de D. Nuno Martins de Chacim, onde seguiremos de perto os elementos prosopográficos reunidos por Leontina Ventura²⁸. Segundo os cálculos desta autora, feitos a partir de diversas referências indirectas, D. Nuno Martins de Chacim terá nascido cerca de 1218. Foi armado cavaleiro por D. Fernão Garcia de Bragança talvez em 1237-38, quando este nobre detinha a tenência de Bragança. Tal como seu Pai, Martim Pires, D. Nuno Martins adoptou o topónimo da sua Honra principal para apelido, um mecanismo típico das linhagens que iniciam na segunda metade do séc. XII ou nos alvares do séc. XIII o processo de ascensão social, guindando-se ao topo da hierarquia social²⁹. A formação do seu vasto património na Terra de Bragança (do qual pouco terá sido o herdado), realizou-se em momentos de conjuntura favorável à prática de usurpações e violências, sobretudo nas fases mais controversas do reinado de D. Sancho II, a partir de 1238 e, maioritariamente, entre 1245 e 1247, quando o reino era assolado pela Guerra Civil que antecedeu a deposição do monarca³⁰. A coerência geográfica dos bens de que foi tomando posse, de forma ilícita ou não, concentrados sobretudo no coração da Terra de Bragança, só se pode explicar no quadro de uma permanência efectiva do nobre no local, administrando de forma eficaz os seus bens e não deixando escapar nenhuma ocasião propícia para uma nova aquisição. Estávamos, efectivamente, ainda longe da permanência de D. Nuno Martins de Chacim na corte régia, quando este ainda não detinha cargos. No momento em que protagoniza esses desmandos, Nuno Martins era um nobre de influência local, que nem sequer ainda tinha alcançado a tenência de qualquer castelo. Essa mesma coerência geográfica do seu património, perseguida ao longo de anos, conferiu-lhe um poder a nível local que o tornaria impune e o ajudou na sua afirmação perante

²⁸ Leontina Ventura, *op. cit.*, vol. II, Coimbra, 1992, pp. 626-630.

²⁹ D. Martim Pires adoptou, depois do seu casamento, o apelido “de Chacim”, certamente por ter recebido por dote a Honra de Chacim, na freg. do mesmo nome, conc. de Macedo de Cavaleiros. D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora entendia que seria, possivelmente, um membro da linhagem castelhana dos Castañeda (D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, 1989, p. 139).

³⁰ Cf. Leontina Ventura, *op. cit.*, vol. II, Coimbra, 1992, p. 627.

o monarca³¹. E, depois de alcançado o poder territorial, começou o itinerário na cúria régia. Na realidade, D. Nuno Martins de Chacim aparece na Corte de D. Afonso III a partir de Maio de 1258³² e aqui viria a ocupar o cargo de Meirinho-Mor (1261 ou 1264-1276)³³, ao mesmo tempo que assegurava a tenência de Bragança (1265-1283)³⁴. É possível que os limites cronológicos apontados por Leontina Ventura para a permanência de D. Nuno Martins de Chacim à frente da tenência de Bragança, que indicamos, possam ser algo ampliados. Na realidade, João Pedro Ribeiro publicou, nas suas *Dissertações*, um diploma de 7 de Fevereiro de 1285 onde esse nobre ainda figura como *tenens* de Bragança e como *Meyrinus*³⁵. Se assim for, poderíamos avançar a cronologia da sua permanência à frente da tenência de Bragança e do cargo de Meirinho-Mor do reino até ao ano de 1285, reduzindo um pouco o lapso cronológico em que se deve enquadrar a morte deste nobre. Salientemos, ainda, que D. Nuno Martins de Chacim foi Aio de D. Dinis, figurando nessa condição em documento de 1278³⁶. No *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* é referido como tendo sido Adiantado (ou seja, Fronteiro-Mor) do monarca no Entre-Douro-e-Minho e na Beira:

*“Este dom Nuno Martiiz de Chacim, filho dos sobreditos Martim Pirez e dona Froilhe, foi homem muito honrado e privado d’el-rei dom Dinis de Portugal e seu adeantado Antre Doiro e Minho e na Beira ...”*³⁷.

D. Dinis, que naturalmente depositava neste nobre grande confiança, promoveu-o a Mordomo-Mor quando ascendeu ao trono, cargo que D. Nuno Martins conservou entre 1279 e 1283³⁸. Em Julho de 1283 surge

³¹ Vd. a elucidativa lista de bens arrolados por Leontina Ventura — *op. cit.*, vol. II, Coimbra, 1992, pp. 628-629 e Quadro nas pp. 866-872.

³² Leontina Ventura, *op. cit.*, vol. II, Coimbra, 1992, p. 629.

³³ Leontina Ventura, *op. cit.*, vol. II, Coimbra, 1992, pp. 626 e 996.

³⁴ Leontina Ventura, *op. cit.*, vol. II, Coimbra, 1992, pp. 626 e 1011.

³⁵ Cf. João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Críticas ...*, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 2.ª ed., 1860, p. 299.

³⁶ “*Dō Nuno Martins Ayo de Dō Dinis ten. Bragançiam*” — cf. D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, Livros I e II, 2.ª ed., Coimbra, 1946, pp. 76-78 (1.ª ed., Lisboa, 1739); Fr. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta, 2.ª ed., Lisboa, INCM, 1976, p. 5 v.º.

³⁷ LL 38 G 8.

³⁸ Leontina Ventura, *op. cit.*, vol. II, Coimbra, 1992, p. 626; vd. tb. Fr. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta, 2.ª ed., Lisboa, INCM, 1976, p. 43 v.º e p. 49 v.º.

documentado na Corte de D. Dinis pela última vez. Leontina Ventura sublinha, ainda, que em 1288, quando se iniciam as primeiras Inquirições Gerais de D. Dinis, já tinha falecido³⁹. Deste modo, podemos fixar a sua morte entre 1283 e 1288 ou, se se confirmar a referência documental de 1285 apontada por João Pedro Ribeiro, restringir este lapso cronológico aos anos de 1285 e 1288. O sarcófago e inscrição de Castro de Avelãs teriam sido, assim, realizados entre 1262 e [1283-1288] ou, em alternativa, entre 1262 e [1285-1288]. Apesar de sabermos que D. Nuno Martins de Chacim terá usurpado bens do próprio Mosteiro de Castro de Avelãs durante o atribulado itinerário da sua vida, não cremos que esse motivo fosse suficiente para que o Mosteiro não lhe concedesse sepultura, até porque, por certo, isso deve ter trazido alguns dos bens usurpados de volta aos seus monges. No entanto, é possível que essas mesmas usurpações, bem como o seu comportamento por vezes violento, não tenham constituído grande estímulo para que os monges, depois do seu falecimento, se preocupassem muito em completar o seu epitáfio. Assim se compreende que, não tendo sido negado o direito de sepultura a este elemento da família patronal do Mosteiro, e tendo mesmo o sarcófago sido colocado em lugar de certo destaque — embutido em arcossólio, numa das paredes da nave do templo — os monges não tivessem tido grande preocupação em completar a memória epigráfica desse nobre. No entanto, a conjugação de uma série de elementos, onde a Heráldica desempenhou um papel relevante, permitiu a identificação do túmulo daquele que foi, sem sombra de dúvida, um dos mais importantes e influentes nobres transmontanos da sua centúria, que marcou de forma indelével os destinos da Terra de Bragança e mesmo do reino.

³⁹ Leontina Ventura, *op. cit.*, vol. II, Coimbra, 1992, p. 626.



